



ATA DE PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias de julho de 2024, às nove horas e trinta minutos, na sala 104 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS, reuniu-se o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Porto Alegre – COMSANS em plenária ordinária. Estavam presentes na plenária, os seguintes conselheiros: Carolina Heineck da Cunha (FASC), Vivian Pierobom Stein e Carla Almeida Schimidt (SMDS), Aneline Hengemuhle (SMAMUS), Annelise Barreto Krause (SMS), Oscar Peliccioli (SMEDT), Vera Regina Mejolaro Santos (SESC Mesa Brasil), Luís Paulo Vieira Ramos (EMATER/Ascar), Vanusa Oliveira Kaiper (pescadores artesanais), Jaime Alves (povos indígenas). Representando o Fórum Fome Zero estiveram presentes Nilson José Bueno Terra, Jorge da Silveira Teixeira, Maria Belquiz Moreira Santos, Cintia de Lima Machado, Hilário José Couto, Geneci Feijó Alves do Amaral, Ketelen Belmonte Lopes, Maria Elaine Rodrigues Espíndola, Humberto Soares de Souza e Yulimar Del Valle Rivero Lorenzana. Além disso, estiveram presentes os seguintes visitantes: Warná Fruhalf, Gabriela Teixeira. Dando início a plenária, a conselheira Vivian Stein, leu as atas das plenárias de abril e junho, para aprovação. Alguns representantes do Fórum Fome Zero questionaram sobre o conteúdo da ata. Foi explicado que estamos apenas aprovando o texto do que foi discutido nas plenárias em 26/04 e 27/06. O Fórum Fome Zero entregou para as representantes da SMDS, antes do início da plenária, uma lista indicando os novos conselheiros e seus suplentes. Estes conselheiros indicados que questionaram os assuntos das atas. Foi explicado que estamos aprovando somente o texto da ata e que as pessoas que não estavam presente nas plenárias destas datas não precisam votar para aprovação. Após leitura, as atas foram aprovadas. Em seguida passamos para a discussão da alteração da lei 577. Vivian falou que os conselheiros se reuniram durante meses para propor esta alteração da lei 577, em relação aos componentes do COMSANS. Em seguida começou a leitura do artigo 18º, que fala da composição do Conselho. Surgiu o questionamento do inciso “m”, sobre entidade religiosa, quem indicaria este representante? Foi sugerido que seja substituído para uma vaga para entidade representativa de pessoas com deficiência. E mantenha uma vaga para pessoas com necessidades alimentares especiais. A Warná trouxe a sugestão de incluir uma vaga para imigrantes e migrantes. A Carolina (FASC) pediu para retirar uma das vagas de 3 representantes de alimentação e nutrição para incluir imigrantes. A senhora Elaine pediu para evitar retirar representantes da sociedade civil e é necessário divulgar para incluir as pessoas nas discussões. Cintia mencionou que as vagas do Fórum Fome Zero não estão contempladas na nova lei. Vera explicou que há alguns anos atrás, em uma plenária, o Fórum Fome Zero pediu para se retirar do Conselho. Com isso, levou junto a representação de 10 vagas que eram garantidas

pela Lei 577, incluindo a representação de indígenas, quilombolas, pescadores, entre outros. Porém estes povos solicitaram que queriam continuar participando da construção da política de segurança alimentar do município e por isso, o Conselho aceitou que as entidades representativas destes povos indicassem um representante. Mencionou que como o Fórum Fome Zero se institucionalizou, poderia participar, por exemplo nas 3 vagas de organizações da sociedade civil que atuam na área de alimentação e nutrição. Hilário perguntou por que o Fome Zero se retirou? Warna falou que o momento que a lei foi criada era outro momento que não havia entidades de representações dos povos tradicionais. O Fórum Fome Zero se retirou 2 vezes. A segunda vez foi depois da eleição de 2022, quando voltou um pouco antes do pleito para compor chapa. Warna falou que não devemos pensar que a lei é uma disputa de vagas. Quando o Fórum se retirou, a política de segurança alimentar continuou e o Conselho precisava de pessoas para aprovação das resoluções. Sugere que talvez possamos agrupar alguns grupos na proposta da nova lei. É necessário respeitar a diversidade e precisamos ter a preocupação legal para funcionar, tendo pessoas comprometidas com o Conselho, participando das plenárias. Vera sugeriu que talvez pudesse retirar o representante de entidade da indústria e comércio ou entidade da área de alimentação e nutrição que nunca foram participativos. Gabriela mencionou que pudesse ser enviado um ofício para as representações, para indicar conselheiro e suplente e cuidar da questão das faltas dos conselheiros. Fala que na lei, onde consta Fórum Fome Zero, agora se lê Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional de Porto Alegre. Falou que as pessoas indicadas pelo Fórum Fome Zero podem ingressar no FOMSANSPOA. O Conselheiro Oscar falou que acha que não teria como aprovar esta lei sem passar pelo parecer do jurídico da prefeitura. Foi explicado que esta é a intenção do Conselho, aprovar com os conselheiros e encaminhar para o jurídico analisar. A Anelise, da Saúde, fala em relação da assiduidade dos conselhos, que é frágil, pois as políticas públicas também estavam fragilizadas, pois não tinham recursos, nos anos anteriores, e os conselheiros não tinham interesse em participar. Para ser efetivo, os representantes querem ter vontade de participar e saber dos seu papel. Sugere um evento para conselheiros para apresentar a política de segurança alimentar, para todos os públicos, para que surja a necessidade de querer participar. Luiz fala que os assuntos não vão fluir em um conselho muito grande, por isso acha que é melhor agrupar as vagas. Oscar fala que não entende o porquê de três vagas para a agricultura. Luiz diz que a agricultura familiar e urbana e periurbana precisa ter. Jorge Teixeira falou que não concorda que conselho grande não funciona. Citou o orçamento participativo. Falou que podemos incluir todos. A função do conselho é chamar as pessoas para o debate, para funcionar. Warna falou que os conselhos normalmente são paritários, mas não se aplica na política de segurança alimentar, que segue a lei nacional, de 2/3, da representação da sociedade civil. Luiz falou que este conselho não tem recursos e por isso, não tem pagamento de passagens para os conselheiros. O representante da aldeia indígena do Morro do Osso disse que quando assume um compromisso sempre participa para buscar ajudar sua

97 aldeia. Neste conselho sempre participou. Para finalizar a proposta de
98 alteração de lei foi feita a seguinte alteração: retirada do representante
99 religioso e de representante de indústria e comércio. Substituídos por
100 entidade representante de imigrantes, migrantes e apátridas; e entidade
101 representativa de pessoas com deficiência, ficando uma vaga exclusiva
102 também para pessoas com necessidades alimentares especiais. Ao
103 final, não houve quórum para votação, pois os representantes do Fórum
104 Fome Zero se retiraram antes da votação tendo ficado somente 11
105 conselheiros presentes. Fica a aprovação para a próxima plenária. Sem
106 mais nada a tratar, a plenária foi encerrada às 11:45. Esta ata foi redigida
107 por mim, Vera Regina Mejolaro Santos, conselheira suplente deste
108 Conselho.